

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

O Tratado da Ruação de José de Figueiredo Seixas é um texto dedicado a Sebastião José, Conde de Oeiras, por isso mesmo, datável entre os anos de 1759 (título de Conde de Oeiras) e 1770 (título de Marquês de Pombal).

Neste capítulo, para além de muito sinteticamente abordarmos a história urbana portuguesa nos seus principais momentos, vamos tentar perceber qual o ambiente que rodeava o autor, José de Figueiredo Seixas, nos anos mais próximos à realização deste tratado.

Pouco estudada é a história urbana em Portugal. Território ocupado desde cedo, a fixação de povos fez nascer povoações e vias de comunicação entre elas. Não é objectivo deste capítulo aprofundar as vicissitudes e as características da implantação urbana em Portugal ou realizada pelos portugueses, mas tão somente enquadrar o Tratado da Ruação no tempo e nas preocupações urbanísticas do momento.

No decorrer da sua longa evolução os traçados urbanos portugueses apresentam uma característica comum que os diferenciam e marcam indelevelmente. A relação com o território. Estruturada normalmente em núcleos diferenciados muitas vezes com malhas urbanas distintas, a escolha dos locais de implantação dos núcleos originais em locais topograficamente dominantes, a localização privilegiada de edifícios públicos ou especiais, a constância das dimensões dos lotes e da tipologia de construção a eles associados e em particular o modo de planeamento da cidade, específico para cada povoação, não utilizando um padrão de implantação, antes estruturando um conjunto de regras que se adaptavam a cada situação particular de terreno, fazem da cidade portuguesa um mundo algo difícil de sistematizar, mas por essa mesma razão fascinante de estudar.

Apesar de ainda não muito estudado, o tema da história urbana portuguesa conta com alguns trabalhos, abrangentes ou mais específicos, que permitem descortinar um mundo complexo de relações e sistematizar algumas ideias mais concretas.

Sínteses mais ou menos completas¹, abordagens de caso², resultado de Colóquios ou Conferências³, o estudo da história urbana é um campo em desenvolvimento. Os textos existentes permitem-nos apesar de tudo elaborar um quadro sistematizador dos principais momentos dessa mesma história.

A ocupação do território nacional remonta aos tempos mais antigos. Para além dos Fenícios, Gregos e Cartagineses, é aos Romanos que devemos a primeira rede urbana hierarquizada e consistentemente estruturada. Dentro da rede de povoações fundadas ou reformadas, Braga, Santarém, Beja e Lisboa constituíam os núcleos principais, Chaves e Évora vinham a seguir na hierarquia estabelecida.

Na sua implantação, fundando novas povoações ou reformulando as já existentes, utilizaram a conhecida retícula regular com origem nos dois eixos viários principais, ortogonais entre si, o *cardus* e o *decumanos*. Adjacente à intersecção destes dois eixos principais localizava-se o fórum, praça onde se encontravam implantados os edifícios mais importantes e os equipamentos públicos. Paralelas a estes dois eixos nasciam todas as ruas, formando quarteirões normalmente de forma quadrada, podendo também admitir, nalgumas circunstâncias, a forma rectangular. Mais perfeita nas implantações novas, esta estrutura é ainda hoje perceptível na maioria das cidades por onde passaram.

A importância da civilização romana não se ficou pela implantação das povoações. O território foi marcado por uma complexa rede de vias que ligavam as povoações, bem como pela construção de aquedutos e pontes, numa acção que deixou marcas que se mantêm na nossa paisagem. Para além disso também o território rural foi regulado por intermédio de uma quadrícula, baseada na centuria quadrata, correspondendo a quadrados com cerca de 700 metros de lado. Desta forma a mesma forma quadrada que regulava a cidade é transposta para o cadastro rural, numa atitude de regularidade e de ordenamento que marcou definitivamente o território nacional.

A diminuição do poder romano, coincidente com a decadência do império ocorre nos primeiros anos da era cristã. Francos e Alanos invadem o território da Península Ibérica, seguidos pelos Vândalos e pelos Suevos, e mais tarde pelos Visigodos. Nestes anos de invasões sucessivas a acção de urbanização é reduzida e as cidades sofrem um abandono em termos de implantação. Dos equipamentos da cidade, apenas a igreja assume importância e acção centralizadora. Lisboa e Santarém, sedes episcopais, mantêm apesar de tudo a sua importância, num panorama urbano muito pouco consistente.

Somente a partir do século VI com a islamização da Península se verificam novas expansões em termos da forma e dimensão das cidades. A estrutura urbana fundada pelos romanos volta a assumir a sua importância. Santarém, Lisboa, Setúbal, Évora, Alcácer do Sal, Mértola e Silves são as cidades com maior relevo nesta renovação. Ao mesmo tempo revitaliza-se a rede de relações e de comunicações entre as povoações. Conforme podemos verificar pela localização das povoações apontadas, é no sul do território que este fenómeno tem maior expressão.

A cidade islâmica assume características muito diversas da cidade romana. Os espaços fechados, a sinuosidade dos percursos, acentuando o carácter de intimidade das ruas, reforçado ainda pela sua pouca largura, a existência de espaços abertos junto às portas da cidade, os *rossios*, onde se efectuavam as feiras, são algumas das características do modelo que se implantou por esta altura. As casas eram voltadas para pátios interiores. A influência da

cultura islâmica é ainda hoje visível, permanecendo ainda nos traçados de muitas das cidades portuguesas, bem como no entendimento e modo de viver dos espaços.

Por esta altura Lisboa começa a crescer na sua importância e a assumir-se como o grande núcleo comercial por excelência.

A reconquista cristã começa a ter expressão no século VIII, tendo os principais centros sido, numa primeira fase, integrados dentro do espaço cristão sem se efectuarem mudanças significativas. É na segunda metade do século XIII e durante o século XIV que, com a plena ocupação do território nacional, se verificam novas implantações seguindo padrões regulares. Várias foram as fundações novas, em especial no interior, na zona de fronteira. “Póvoas”, “Salvaterras” e “Vianas” são as designações mais comuns para este tipo de novas implantações, com características que as aproximam das “Bastides” europeias. Viana do Castelo (figura 1), Valença (figura 2), Monção, Monsaraz (figura 3), Niza, Vila Real, Viana de Navarra, Vila Nova de Cerveira, Vila Franca de Xira, Vila Viçosa, Campo Maior, Caminha, Belmonte, Sabugal, são alguns dos exemplos que podemos referir.

Estas novas implantações nacionais enquadram-se, conforme já fizemos alusão, no movimento de fundação de novas povoações pela Europa fora. Apesar das diferenças formais de acordo com a região em questão, todas assentavam em três princípios fundamentais⁴: tratam-se de fundações urbanas planeadas; adoptando modelos racionais, regulares e construídas normalmente dentro de uma muralha de fortificação; o sistema reticular organizador do traçado tinha por base a futura divisão cadastral da cidade; e o incentivo principal para chamar moradores consistia na doação de terrenos para construção dentro da cidade e para cultivo fora da cidade. Montpazier, fundada em França no ano de 1284 é por muitos autores referida como modelo deste tipo de assentamento planeado medieval (figura 4). D. Afonso III e D. Dinis foram, em Portugal, os responsáveis por esta reorganização política.

As implantações portuguesas não adoptam um desenho regular tão nítido, como as suas congéneres europeias, até porque muitas das situações dizem respeito a reformulação de situações existentes. O traçado em quadrícula nem sempre é rigoroso e a praça raras vezes assume uma posição central. Apesar destes factos encontramos alguns traçados regulares, de acordo com padrões geométricos que tendiam para a organização ortogonal de ruas e quarteirões. Os quarteirões tinham uma forma alongada (com dimensões compreendidas entre 510 e 216 palmos por 136 a 81 palmos), sendo constituídos por lotes paralelos e orientados no mesmo sentido, tendo uma face para a rua principal (de larguras compreendidas na maior parte dos casos entre 18 e 30 palmos) e as traseiras para uma rua secundária (de 14 a 18 palmos de largura), atravessando todo o quarteirão, e desta forma estruturando uma hierarquia



fig. 1 – Planta de Vianna, Barra e Castello (...)
por Gonçalo Luis da Silva Brandão; 1756 e 1758
BPMP⁵

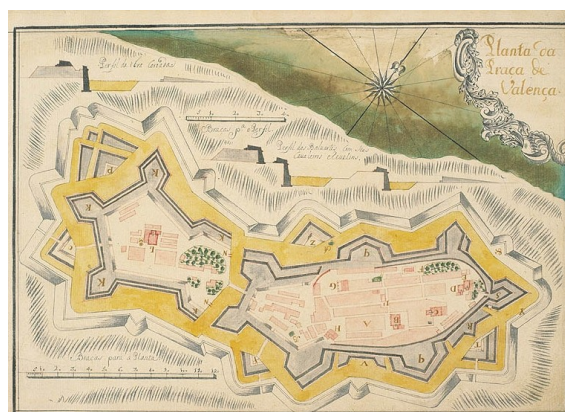


fig. 2 – Planta da praça de Valença
por Gonçalo Luis da Silva Brandão; 1756 e 1758
BPMP⁶

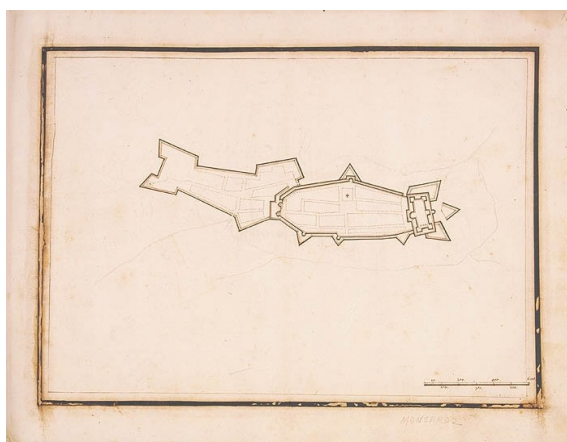


fig. 3 – Planta da Praça de Monsaraz
Nicolau de Langres (s.d.)
BN⁷

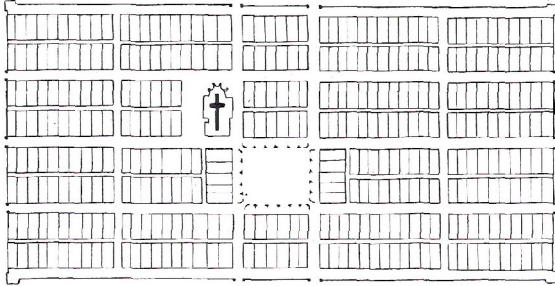


fig. 4 – Montpazier⁸



fig. 5 – Planta das Fortificações, e Bahias da ILHA do FAYAL
por Jorge Rodrigo de Almeida, em 1804
GEAEM⁹



fig. 6 – Cidade do Funchal
por Mateus Fernandes, em 1570
BNRJ¹⁰

nítida de ruas¹¹. Os lotes tinham dimensão constante em cada cidade, não variando muito de cidade para cidade, oscilando entre os 25 e os 30 palmos de largura. Esta dimensão de lote, chão de casa, vamos encontrá-la pelo tempo fora, sendo talvez a maior permanência a registar ao longo da história urbana portuguesa.

As cidades fronteiriças localizavam-se, pela necessidade e objectivo de defesa, em locais altos e dominantes do território adjacente, e eram rodeadas por uma cintura de muralhas de fortificação. Por este motivo, e porque as muralhas acompanhavam a topografia do local, e a implantação das construções não seguia o traçado das muralhas, sucedia existirem zonas livres, nestes espaços intersticiais, onde se efectuavam os mercados e as feiras. A rua adquire, nestas implantações medievais, o papel de elemento ordenador do espaço urbano.

A importância dada às povoações de interior cai em declínio com o desenvolvimento do comércio marítimo e a expansão ultramarina, as descobertas portuguesas, a partir de meados do século XIV. Lisboa, Porto, Setúbal e Viana do Castelo são as cidades que beneficiam com este novo momento de desenvolvimento urbano.

A expansão marítima portuguesa, no século XV, traz naturalmente novos desenvolvimentos urbanísticos. A necessidade de novas implantações nos locais de chegada dos portugueses, trouxe consigo a utilização de novos modelos.

Numa primeira fase de implantações, de que são exemplos Ponta Delgada, Horta (figura 5) ou o Funchal (figura 6), os assentamentos fazem-se em zonas de baías amplas, abrigadas e bem expostas ao sol, e consumaram-se por recurso a formas simples de implantação adaptadas e seguindo as características do terreno. Nestes locais de eleição, uma rua aberta paralelamente à praia, normalmente ligando os morros extremos da baía, nos quais a maior parte das vezes se localizavam as casas dos capitães donatários e as capelas, constituía o elemento ordenador da cidade construída. Um modelo de povoamento linear constitui o modo lógico de crescimento originado por este primeiro eixo fundamental de estruturação urbana.

O desenvolvimento destas implantações iniciais acontecia pela construção de um novo eixo paralelo a este primeiro, cortados por travessas sensivelmente ortogonais, estruturando uma série de quarteirões de forma aproximadamente rectangular, com a maior dimensão paralela à costa, apresentando características em tudo semelhantes às implantações regulares medievais.

Mais tarde o desenvolvimento deu-se pela adição de novos eixos paralelos ainda ao inicial, mas agora os quarteirões rodavam e davam o seu lado maior perpendicularmente à costa, fazendo com que as ruas penetrantes da malha urbana neste sentido assumissem um papel

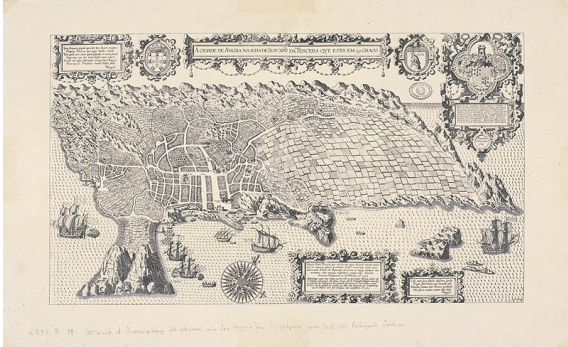


fig. 7 – A CIDADE DE ANGRA NA ILHA DE IESV XPO DA TERCERA, QUE ESTA EM 39. GRAOS
Por Ioannes Huonius A. Linschoten, em 1595
AHU¹²

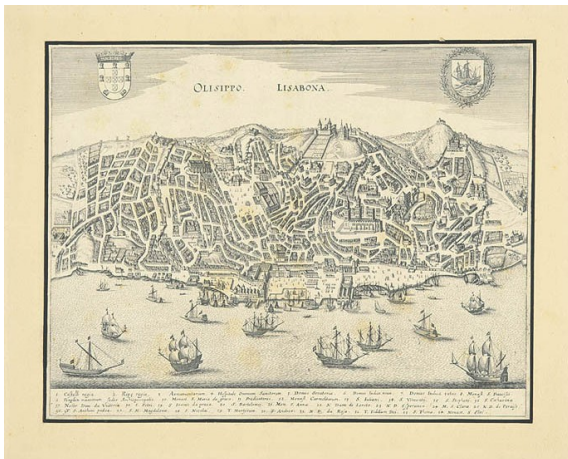


fig. 8 – OLISIPO, LISABONA
MCL¹³

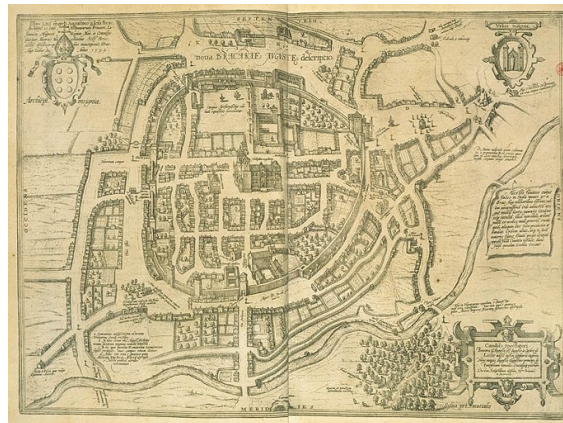


fig. 9 – NOVA BRACARAE AUGUSTE descriptio
por Giorgio Braunio, em 1594
BN¹⁴

cada vez mais importante, não substituindo, no entanto, o papel da rua principal, que nunca deixou de ser a primeira construída paralela ao mar.

A partir dos finais do século XV e inícios do século XVI, a modernidade começa a ser a tônica das intervenções urbanas. Quer através da construção de novas expansões urbanas planeadas, quer através de implantações novas, o espírito da regularidade, a implantação de novos edifícios institucionais, faz-se seguindo os ideais renascentistas da cidade ideal. Mantendo sempre na concretização a adaptação à morfologia do território, os traçados urbanos são agora constituídos por malhas urbanas ortogonais, na qual os lotes são implantados de forma a darem as frentes sempre para ruas e as traseiras para o interior dos quarteirões e estruturando verdadeiras praças urbanas no desenho da cidade. A hierarquia de ruas, situação que se mantém, é agora feita pelo perfil da própria rua, pela arquitectura e relações com a malha urbana, e já não pela ocorrência de frentes ou traseiras dos lotes construídos.

O primeiro exemplo deu-se no Funchal, com a construção dos novos edifícios da Casa da Câmara, do Paço de Tabelaes e da nova Sé, protagonizada pelo capitão donatário D. Manuel, Duque de Beja, que viria a ser o importante D. Manuel I, Rei de Portugal.

Angra do Heroísmo (figura 7) é dos primeiros exemplos de uma cidade construída seguindo estes princípios, paralelamente com o projecto do Bairro Alto (figura 8), em Lisboa, ou das reformas de D. Diogo de Souza em Braga (figura 9).

O Bairro Alto surge da necessidade de expansão da cidade, agravado pelo sismo de 1531. A sua construção teve início no loteamento dos antigos terrenos de mestre Guedelha Palanço, judeu, cirurgião e astrólogo, verificando-se as primeiras implantações nos terrenos junto ao rio. Pensa-se que o desenvolvimento e traçado rectilíneo não esteja alheio ao facto da instalação dos padres da Companhia de Jesus em São Roque, bem como à influência dos Jesuítas. Ao longo da sua implantação podem verificar-se algumas diferenças na forma e dimensão dos quarteirões, mas sempre dentro do mesmo espírito de racionalidade e regularidade que caracterizam este período.

Angra do Heroísmo constitui o berço do desenvolvimento urbanístico da regularidade que se vai acentuando ao longo dos séculos seguintes. Tendo início numa rua paralela ao mar, o seu desenvolvimento conduziu a uma estrutura delimitada por duas ruas perpendiculares, que se cruzam numa praça, e que dividiam a cidade em quatro partes, correspondendo cada uma delas a uma malha diferente, sempre referenciada à implantação de edifícios institucionais, e a momentos diferenciados do crescimento.

A acção do bispo D. Diogo de Sousa em Braga não se efectivou numa implantação ou desenho de espaços específicos, mas antes na implantação de peças, quer se tratassem de edifícios

institucionais, fontes, ou outros, em locais estrategicamente escolhidos de forma a condicionarem o futuro desenvolvimento regular da cidade.

Este é um momento de intensa renovação urbana no território nacional. Reformulação de espaços pela construção de novos edifícios públicos necessários, como foi o caso do Funchal, ou novas expansões necessárias às povoações existentes, o modelo agora proposto deixa de ser o da regularidade medieval, para ser o da cidade renascentista. As ruas têm um traçado rectilíneo e ordenado, constituindo malhas urbanas ortogonais, onde se desenvolve a ideia da simetria. Os edifícios singulares localizam-se no enfiamento de ruas, explorando os efeitos da perspectiva. As praças acontecem como espaços fechados e organizadores do espaço urbano, ganhando importância à rua enquanto elemento estruturador do espaço urbano. As fachadas repetem-se uniformes, numa ideia de composição global da cidade, em que todos os elementos se articulavam para a obtenção de um todo coerente.

Esta evolução ao nível do urbanismo não está alheia ao desenvolvimento cultural e científico registado no Portugal de quinhentos. Os contactos com Itália aconteciam de forma constante e regular. Os tratados de Alberti, Giorgio Martini, Serlio, Vitruvius, Durer, entre outros, circulavam no nosso país e a engenharia militar era uma classe em expansão. A formação de arquitectos e engenheiros passou de uma situação de prática adquirida no campo, para a frequência de escolas específicas. Aulas de cosmografia eram já ministradas por Pedro Nunes no Armazém da Guiné e da Índia desde 1514, antes de ser fundada a Aula do Paço em 1559, onde se ensinava, para além da cosmografia, disciplinas como a matemática, a geometria e a arquitectura militar. Em 1590 é criada a célebre Aula da Esfera do Colégio de Santo Antão, dos padres Jesuítas.

Por estes anos, e paralelamente aos manuais europeus, começam a aparecer textos produzidos por autores nacionais, versando a arquitectura militar e civil, a matemática, a cosmografia e a geometria. Luis Serrão Pimentel, já em 1680, escreve o seu Método Lusitânico de Desenhar Fortificações, documento referencial no tempo. Mais tarde, em 1728, é Manuel de Azevedo Fortes que nos deixa, com igual importância o seu Engenheiro Português. Para além destes manuais de referencia, muitos são os trabalhos que engenheiros e arquitectos nos legaram sobre o conhecimento e as ciências necessárias ao desenvolvimento científico da altura.

A construção de novas povoações nos territórios ultramarinos sucediam-se, sendo uma componente essencial do movimento de expansão e da política de controle dos territórios ocupados. Os modelos foram sendo, conforme já referimos, cada vez mais geometrizados e ordenados. Se encontramos modelos perfeitamente medievais na sua forma de ocupação, outros são os casos em que a cidade ideal renascentista assume o papel preponderante.



fig. 10 – Mazagaõ (...)
por Inácio António da Silva, em 1802
BN¹⁵

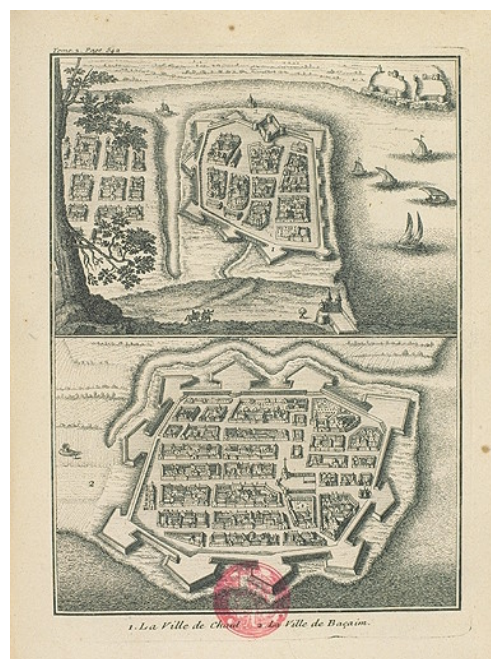


fig. 11 – 1.La ville de Chaul. 2.La ville de Baçaim
por Joseph François Lafitou, em 1733
BPMP¹⁶

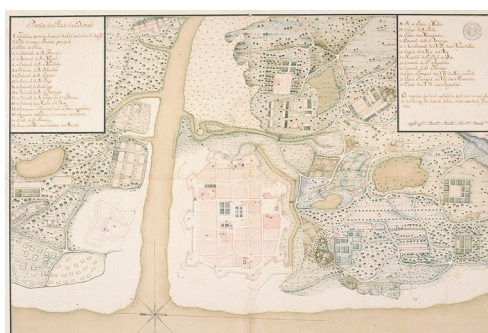


fig. 12 - Planta da Praça de Damão (s.d.)
AHU¹⁷



fig. 13 – PLANTA, DA, RESTITUIÇÃO DA BAHIA
por João Teixeira Albernaz, em 1631
MI¹⁸



fig. 14 – Planta da Cidade de São Salvador
do Rio de Janeiro com suas Fortificações
por João Masse, em 1713
AHU¹⁹

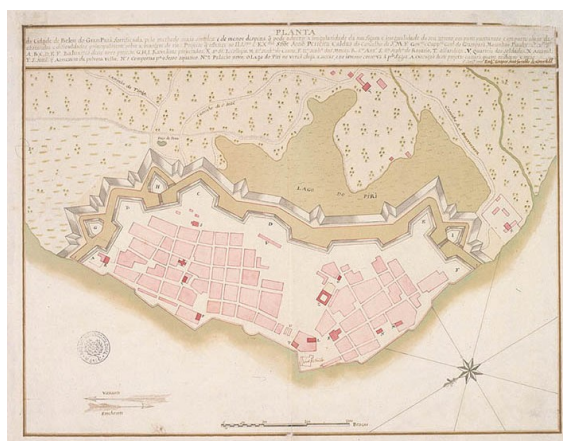


fig. 15 – PLANTA da Cidade de Belém do GramPará (...)
por Gaspar João Geraldo de Gronfeld, em 1773
AHU²⁰

A maior parte das vezes não se tratava de modelos puros, mas sempre de adaptações do suposto modelo à configuração do terreno de implantação em causa. Mazagão (figura 10), no norte de África, fundada em 1514 pode ser considerada como o modelo mais regular construído nesta região.

Na Índia também as primeiras implantações assumem ainda o carácter medieval, casos de Chaúl e Baçaim (figura 11), e somente nos finais de quinhentos a influência renascentista aparece como modelo. Damão (figura 12) pode ser considerado o melhor exemplo dessa influência.

No Brasil o mesmo fenómeno acontece. As primeiras cidades, construídas sobre a responsabilidade dos donatários e sem intervenção directa do poder da metrópole, eram formações espontâneas. As cidades construídas sob a égide da coroa, bem como as implantações jesuíticas, apresentam, em contradição, modelos mais regulares. Num primeiro impulso modelos medievais e mais tarde renascentistas, de acordo com o percurso nas outras regiões por onde andaram os portugueses. Salvador da Bahia de Todos os Santos (figura 13), São Sebastião do Rio de Janeiro (figura 14), Filipélia de Nossa Senhora das Neves, S. Luis do Maranhão, Nossa Senhora da Assunção do Cabo Frio e Nossa Senhora de Belém (figura 15) são os seis assentamentos portugueses realizados durante este período entre meados do século XVI e meados do século XVII.

O século XVII, em particular a segunda metade, depois da Restauração, assiste à necessidade de reformulação e reforço das fortificações existentes nas povoações, de acordo com os padrões europeus, nomeadamente as das escolas francesas e holandesas.

Nestas intervenções ou se reformaram as muralhas medievais, introduzindo baluartes, como aconteceu em Miranda do Douro, Monsaraz ou Juromenha (figura 16), ou se construíram novas cinturas de muralhas abarcando os desenvolvimentos extramuros já ocorridos, de que são exemplos Vila Viçosa, Moura ou Campo Maior (figura 17), ou ainda, como aconteceu em Caminha (figura 18), Estremoz ou Chaves (figura 19), se alargava a cintura de muralhas deixando espaço livre para novos desenvolvimentos urbanos. Em qualquer dos casos, as muralhas seiscentistas foram construídas em ligação estreita à malha urbana. As ruas ligavam as diversas portas, e estas à praça de armas. Também aqui a articulação dos traçados se faz de forma muito directa à forma do território, adaptando os modelos regulares a formas irregulares a que o território fazia obedecer.

É todavia no território brasileiro que se verifica, ao longo de todo o século XVII, progressivamente a adopção de modelos de traçados urbanos regulares, no planeamento e na implantação de novas povoações. A escolha de locais planos e o recurso aos engenheiros militares para a sua concretização são dois dos factores a considerar neste processo. A

dominação espanhola de Portugal, o reinado dos Felipes, de 1580 a 1640, bem como a ocupação holandesa de Pernambuco, são outros dos factores a ter em linha de conta. S. Luis do Maranhão e Belém são os exemplos mais significativos deste período.

Não podemos deixar de referir o período joanino e a construção do Palácio Real de Mafra, escola de importância inquestionável no desenvolvimento da cultura arquitectónica do país e na qual se formaram muitos dos profissionais dominantes das próximas décadas.

A racionalização a que vinha-mos assistindo ao longo dos séculos XVI e XVII, tem o seu culminar durante o período iluminista no século XVIII. Portugal e Brasil são os territórios onde a política de afirmação do poder central desenvolvida por Pombal se vai fazer sentir. As implantações produzidas assentam em princípios de regularidade absoluta, onde a ortogonalidade e a geometria têm a sua máxima expressão. A praça passa a ser inequivocamente o elemento estruturante e assume a maior parte das vezes uma posição central relativamente ao traçado da povoação. A uniformidade de fachadas reforça a ideia de conjunto que preside ao desenho da cidade.

O Brasil é o local por excelência de desenvolvimento urbano. Território que se tornou imperioso ocupar e marcar, vemos aí nascer inúmeras povoações onde se observam estes princípios. Reformulações das aldeias Jesuítas, ou implantações novas é neste território que os conceitos urbanos iluministas aparecem expressos com maior profundidade. São inúmeros os exemplos que poderíamos citar. S. José de Macapá (figura 20), fundada em 1758 e Vila Nova de Mazagão (figura 21), de 1759 poderão talvez ser considerados os dois melhores exemplos deste novo impulso urbanístico.

A ocupação efectiva do território era a preocupação do momento. A delimitação de fronteiras com Espanha, bem como o desenvolvimento económico do país traduziram-se no plano formal num surto de urbanização nunca antes visto em território ultramarino.

A racionalidade, quer por se traduzir em métodos de implantação mais rápidos, quer pelo culminar de um processo de desenvolvimento das técnicas utilizadas, dos conceitos aplicados e da prática de longos séculos de implantações, está agora presente como regra e não como excepção, ao contrário do que, apesar dos muitos exemplos existentes, vinha ainda acontecendo.

A acção urbanizadora traduzia-se muitas vezes na simples mudança de nome (para um nome português) e elevação a vila (se o aldeamento contasse com o número suficiente de moradores), ou lugar (no caso de existirem poucos moradores) de aldeamentos jesuítas (que viriam a ser expulsos do território brasileiro em 1759), mantendo a organização do antigo

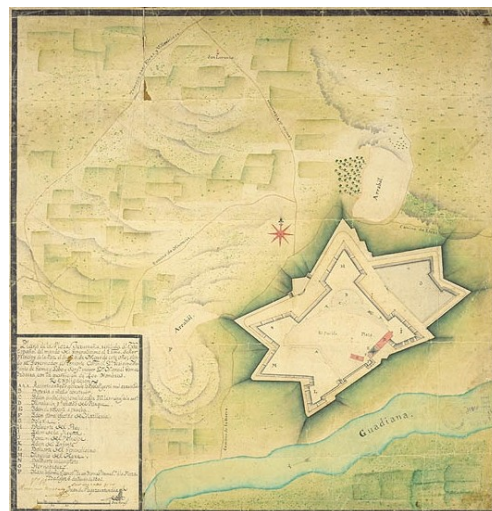


fig. 16 – Planta de la Plaza de Jurumeña
por Juan de Pagazaunfundia, em 1801
AHM²¹

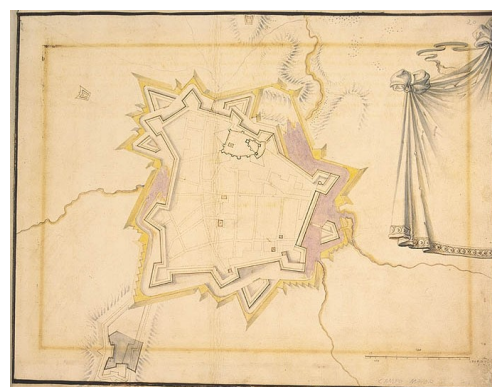


fig. 17 – Planta da Praça de Campo Maior
por Nicolau de Langres (s.d)
BN²²

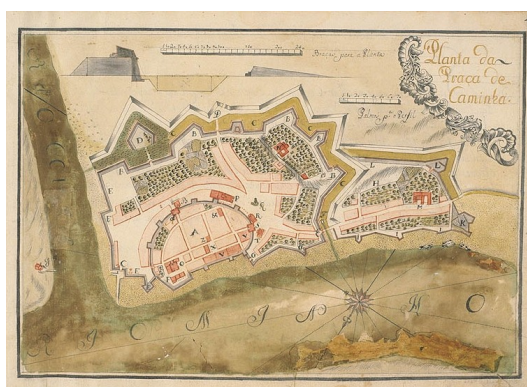


fig. 18 – Planta da Praça de Caminha
por Gonçalo Luis da Silva Brandão, em 1758
BPMP²³



fig. 19 – PLANTA DA PRAÇA DE CHAVES
por Manuel Pinto de Villalobos, no Séc. XVIII
BN²⁴

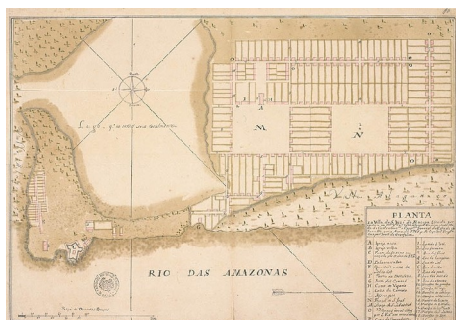


fig. 20 – PLANTA da Villa de S. Jozê de Macapa
por Gaspar João de Groneld, em 1761
AHU²⁵

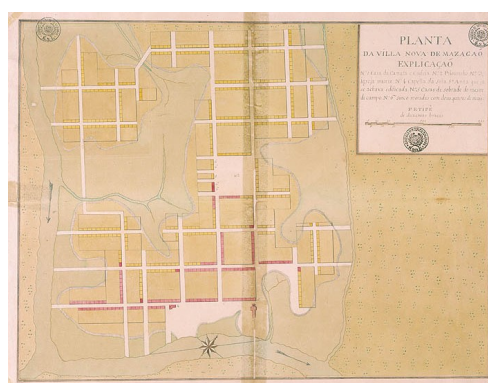


fig. 21 – PLANTA DA VILLA NOVA DE MAZAGÃO
de 1770
AHU²⁶

aldeamento intacta (naturalmente regular e apresentando uma praça central de forma quadrada), substituindo o cruzeiro pelo pelourinho (no centro da praça) e alterando as funções dos edifícios administrativos, criando uma casa da câmara e uma cadeia, elementos fundamentais na organização funcional de uma vila.

Noutros casos a reestruturação ía um pouco mais longe e a própria estrutura urbana era adaptada para organizações mais regulares e uniformes. Uma mesma preocupação era sempre tida em conta, a procura da regularidade na estrutura urbana e ao mesmo tempo no alinhamento e modelos arquitectónicos, que se queriam uniformes ao longo de cada rua e preferencialmente ao longo de todo o conjunto.

As preocupações a este nível eram mais profundas. Um novo conceito de cidade era praticado nestas reformulações e mais ainda nas implantações de raiz. A praça, regular e em posição central, a maior parte das vezes quadrada, é o elemento fundador e gerador do espaço urbano. É a partir dela que nascem todas as ruas, normalmente ortogonais, formando quarteirões também regulares, numa composição global, na qual estava naturalmente implícita a forma de crescimento futuro. A regularidade era acentuada pela adopção de modelos arquitectónicos uniformes, nas cérceas, alinhamentos, dimensão e forma dos lotes, número e tipo de vãos e acabamentos. A racionalidade levada ao extremo, como aspecto formal de uma política empreendedora e definitivamente empenhada em ocupar e desenvolver economicamente um território precioso.

A adaptação destes modelos à realidade do território era uma tarefa que estava agora entregue a um corpo reforçado de engenheiros militares, portugueses e estrangeiros, ao serviço da coroa, que se encarregavam quer da construção de fortificações, quer da construção dos aglomerados urbanos.

A hierarquização das fundações podia-se sentir, quer na dimensão da praça original (250 palmos de lado para as implantações mais pequenas, até 750 palmos, para as de maior dimensão), quer através da própria toponímia que adoptava nomes de povoações na metrópole da casa de Bragança, da coroa, da Casa da Rainha, da Casa do Infantado e da Ordem de Cristo²⁷.

No final deste processo de conquista e demarcação do território estavam fundadas 118 vilas, tendo sido elevados a vila 57 povoados.

No território nacional a reforma das cidades existentes dá-se por operações de arranjos e implantações de praças, muitas vezes decorrentes da construção de um qualquer novo edifício ou equipamento público necessário na povoação. As mesmas ideias de regularidade aparecem nestas intervenções.

O terramoto de 1755 fez nascer a possibilidade da construção de uma nova malha urbana na cidade de Lisboa. Aproveitando o facto Pombal opta, depois de analisados os seis planos que encomendou a diferentes técnicos, pela proposta mais racional de Eugénio dos Santos (figura 22). Polarizado por duas praças, o Rossio e o Terreiro do Paço, na altura denominado Praça do Comércio, numa atitude inequívoca de reforço do poder da burguesia em detrimento da nobreza, o traçado apresenta a regularidade que marcaram o período. A uniformidade de fachadas e de alinhamentos, obrigando as igrejas a se inserirem nessa mesma uniformidade, reforça os conceitos enunciados. A história desta implantação está feita por José Augusto França²⁸. Lisboa Pombalina é, reconhecidamente uma das realizações mais significativas deste período.

O Porto (figura 23) assistiu também às suas reformas. Aproveitando a legislação editada para a execução do plano de Lisboa, a família dos Almas, Tomás e João, vão definir as principais linhas de expansão da cidade para fora das muralhas. Nesta cidade não assistimos à definição de uma malha ortogonal de implantação, antes à estruturação de grandes eixos de crescimento, implantados de forma radial face à estrutura existente, e a estruturação de praças e construção de edifícios, de forma regular e sistemática. Marie-Thérèse Mandroux-França, em 1972²⁹, Bernardo Ferrão³⁰ e Joaquim Alves³¹, estudaram com profundidades diversas as reformas do Porto iluminista.

Paralelamente a estas duas cidades, verificaram-se muitas outras implantações e alguns planos não realizados. Porto Covo (figura 24) e Vila Real de Santo António (figura 25) são exemplos. É esta última implantação, abordada por Horta Correia³², que podemos considerar como síntese e apogeu destes novos conceitos urbanos protagonizados neste período pela política urbanizadora de Pombal. Inscrevendo-se num rectângulo regular a sua planta apresenta um traçado regular de ruas ortogonais, definindo quarteirões quadrados e rectangulares, numa composição onde as relações proporcionais geométricas são desenvolvidas e levadas a um nível de exatidão e rigor talvez nunca antes realizado, tendo origem na praça central, correspondendo ela mesma a um quarteirão não construído da malha urbana. Os edifícios de fachadas regulares e iguais entre si numa mesma rua, reforçam a ideia de unidade pretendida.

É pois neste ambiente de frenética urbanização no território nacional e ultramarino, associada a uma racionalidade cada vez mais acentuada, que nasce o Tratado da Ruação.

José Figueiredo Seixas decide por estes anos escrever um tratado para a correcção dos defeitos urbanísticos da cidade do Porto. Depois de analisada a questão, decide escrevê-lo para a totalidade do reino, uma vez que não faz sentido emendar uma



fig. 22 – Planta Topographica da Cidade de Lisboa arruinada,
tambem segundo o novo alinhamento do Architeto Eugénio dos Santos
Carvalho, e Carlos Mardel

Séc. XVIII

MCL³³

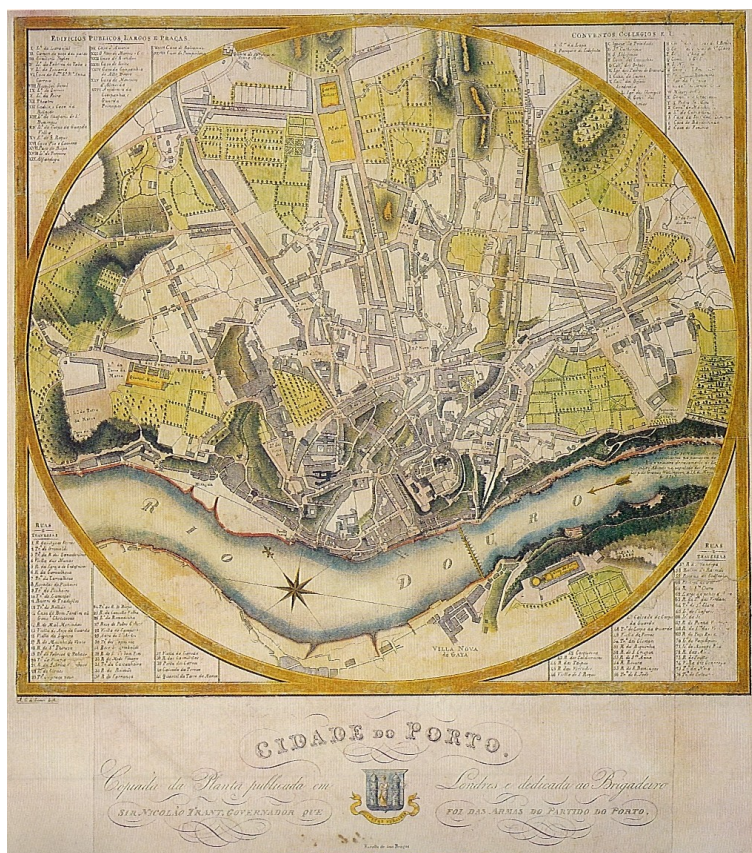


fig. 23 – CIDADE DO PORTO

por Jorge Balck, em 1813

IPCC³⁴

única cidade sem olhar para o território de uma maneira global. É imbuído deste espírito das luzes, no meio de uma cultura de regularidade que José Figueiredo Seixas nos deixa as páginas manuscritas deste Tratado que pretende ser, mais do que uma teoria geral, um manual, para uma actuação política que se mostrou prospera em realizações urbanas.

NOTAS

¹ Veja-se por exemplo Teixeira, Manuel C.; Valla, Margarida – O Urbanismo Português, Séculos XIII – XVIII, Portugal – Brasil, Livros Horizonte, Lisboa, 1999, ou Rossa, Walter - A cidade portuguesa, um ponto da situação, in História da Arte Portuguesa, direcção de Paulo Pereira, vol. III – Do barroco à contemporaneidade – Lisboa, Circulo de Leitores, 1995

² Araújo, Renata Malcher – As cidades da Amazónia no século XVIII: Belém Macapá e Mazagão, Lisboa, FCHS/UNL, 1992 (Dissertação de Mestrado); Correia, José Horta – Vila Real de Santo António, urbanismo e poder na política pombalina, Lisboa, F.C.S.H./UNL, (dissertação de doutoramento em História de Arte), 1984; ou França, José Augusto – Lisboa pombalina e o iluminismo, Lisboa, Livraria Bertrand, 1977, são apenas alguns dos exemplos. Na bibliografia podemos encontrar referências adicionais sobre o assunto

³ Actas do colóquio “Lisboa Iluminista e o seu tempo” – UAL, 1994; Colectânea de estudos “Universo Urbanístico Português, 1415 – 1822”, Coordenação Helder Carita e Renata Araújo, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, Lisboa, 1998; A Praça na Cidade Portuguesa – Colóquio Portugal – Brasil, Coordenação de Manuel C. Teixeira, Livros Horizonte, Lisboa 2001, entre outros

⁴ Conforme Morris, A. E. J. – Historia de la forma urbana, desde sus orígenes hasta la revolución industrial. Editorial Gustavo Gili, S. A. Barcelona, 1984

⁵ retirada de Imagens do arquivo virtual de cartografia urbana portuguesa – <http://urban.iscte.pt>

⁶ idem

⁷ idem

⁸ retirada de LAVEDAN, Pierre – Histoire de L'Urbanisme. Henri Laurens, Éditeur. Paris. 1926

⁹ retirada de Imagens do arquivo virtual de cartografia urbana portuguesa – <http://urban.iscte.pt>

¹⁰ idem

¹¹ ver Teixeira, Manuel C.; Valla, Margarida – O Urbanismo Português, Séculos XIII – XVIII, Portugal – Brasil, Livros Horizonte, Lisboa, 1999

¹² retirada de Imagens do arquivo virtual de cartografia urbana portuguesa – <http://urban.iscte.pt>

¹³ idem

¹⁴ idem

¹⁵ idem

¹⁶ idem

¹⁷ idem

¹⁸ idem

¹⁹ idem

²⁰ idem

²¹ idem

²² idem

²³ idem

²⁴ idem

²⁵ idem

²⁶ idem

²⁷ Rossa, Walter - A cidade portuguesa, um ponto da situação, in História da Arte Portuguesa, direcção de Paulo Pereira, vol. III – Do barroco à contemporaneidade – Lisboa, Circulo de Leitores, 1995

²⁸ França, José Augusto – Lisboa pombalina e o iluminismo, Lisboa, Livraria Bertrand, 1977

²⁹ Mandroux – França, Me. Thérèse – Quatre phases de l’urbanisation de Porto, Lisboa, Colóquio – Artes, nº 8, 2ª série, 1972

³⁰ Ferrão, Bernardo José – Projecto e transformação urbana do Porto na época dos Almadás (1758/1813), uma contribuição para o estudo da cidade pombalina, Porto, Edições da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 1985

³¹ Alves, Joaquim Jaime B. Ferreira – O Porto na Época dos Almadás, Arquitectura. Obras Públicas, Porto, Vol I, 1988, Vol. II, 1990

³² Correia, José Horta – Vila Real de Santo António, urbanismo e poder na política pombalina, Lisboa, F.C.S.H./UNL, (dissertação de doutoramento em História de Arte), 1984

³³ retirada de Teixeira, Manuel C.; Valla, Margarida – O Urbanismo Português, Séculos XIII – XVIII, Portugal – Brasil, Livros Horizonte, Lisboa, 1999

³⁴ idem

³⁵ *idem*

³⁶ *idem*